

Postura do governo sobre mudança do clima viola Constituição, diz Maia

Ao falar ontem, 21, na audiência convocada pelo ministro do Luís Roberto Barroso, do STF, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que trata da quase paralisação das atividades relacionadas ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez duras críticas à postura do governo federal diante do Fundo. Maia disse ainda que a ação que tramita

na Corte levou o governo a adotar providências para o funcionamento do Fundo e citou o aporte no valor de R\$ 232 milhões feito para este ano. "O [compromisso com o meio ambiente] é dever incontornável de todos os agentes públicos que ao assumirem seus mandatos ou cargos juraram cumprir a Constituição. Aqueles que ocupam mandatos e cargos públicos não têm a opção de negligenciar essa obrigação. Descuidar desses deveres é violar frontalmente a Constituição", disse Maia. **Pág. 03**



"Aqueles que ocupam mandatos e cargos públicos não têm a opção de negligenciar essa obrigação. Descuidar desses deveres é violar frontalmente a Constituição", disse Maia.

Presidente do TJRJ mantém prisão preventiva de Cristiane Brasil

Os pedidos de relaxamento, revogação, substituição e conversão da prisão preventiva da ex-deputada federal Cristiane Brasil, filha do presidente nacional do PTB, Roberto

Jefferson, detida em 11 de setembro por decisão da 2ª Vara Criminal da Comarca do Rio, foi negado domingo, 20, pelo presidente do TJRJ, desembargador Claudio de Mello Tavares. **Pág. 05**

Bretas manda bloquear R\$ 237 mi em bens do advogado de Lula

Em decisão tomada no dia 1º e tornada pública no sábado, 19, o juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, determinou o bloqueio de R\$ 237,3 milhões em bens do criminalista Cris-

tiano Zanin Martins, advogado do ex-presidente Lula na Lava Jato. Bretas também bloqueou R\$ 32,1 milhões do associado de Zanin, Roberto Teixeira, e outros R\$ 237 mil do escritório de advocacia dos criminalistas. **Pág. 06**

PF aponta deputados bolsonaristas em grupo de blogueiro investigado

Depoimentos colhidos pela PF apontam que deputados bolsonaristas e "outras pessoas de baixo escalão do governo" participavam ativamente de um grupo de WhatsApp, do blogueiro Allan dos Santos, que espalhava mensagens em

que sugere "a necessidade de uma intervenção militar". São citados o assessor parlamentar Tércio Arnaud Tomaz, apontado como integrante do gabinete do ódio, e o deputado federal Paulo Martins (PS-C-PR). **Pág. 06**

Projeção de Selic para o final de 2020 é mantida em 2% ao ano

A mediana das previsões para a Selic neste ano seguiu em 2,00% ao ano, conforme mostrou ontem, 21, o Relatório de Mercado Focus. Também foi mantida a projeção

para a Selic no fim de 2021 de 2,50% ao ano, ante 3,00% de quatro semanas atrás. No caso de 2022, a projeção seguiu em 4,50% ao ano, igual a um mês antes. **Pág. 03**

Justiça do Rio proíbe retorno às aulas presenciais em colégio militar



O juiz afirmou que não há previsão logística o suficiente para impedir o contágio de alunos e professores.

O juiz Mauro Souza Marques da Costa Braga, da 1ª Vara Federal no Rio, concedeu liminar para impedir o retorno das aulas presenciais no Colégio Militar do Rio de Janeiro, que estava previsto

para ontem, 21. No texto, o juiz afirmou que não há previsão logística o suficiente para impedir o contágio e cita um estudo feito na Espanha que aponta os riscos da exposição dos estudantes em sala de aula. **Pág. 06**

Ministro do STF libera bens bloqueados da Andrade Gutierrez

Liminar deferida pelo ministro Marco Aurélio, do STF, autorizar a livre movimentação dos bens da Andrade Gutierrez Engenharia S/A, que estavam bloqueados por decisão do TCU após auditoria feita em 2018 que fiscalizou as obras civis da Usina Termonuclear de Angra 3. **Pág. 05**

Governo vai usar verba destinada à proteção da Amazônia para satélite

Cerca de R\$ 530 milhões repassados a título de indenizações da Petrobras à Lava Jato serão investidos pelo Ministério da Defesa no projeto de sistemas de satélite com preço estimado em R\$ 577,9 milhões. Por decisão do STF, os recursos deveriam ser usados exclusivamente na proteção da Amazônia. **Pág. 03**

Focus reduz expectativa de queda do PIB de 2020 de 5,11% para 5,05%

O Relatório de Mercado Focus, divulgado ontem, 21, pelo Banco Central, mostra que o mercado financeiro reduziu a expectativa de queda do PIB brasileiro neste ano de 5,11% para 5,05%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 5,46%. Para 2021, o mercado financeiro manteve a previsão de alta do PIB de 3,50%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo patamar. **Pág. 03**

Mercado amplia previsão de alta do IPCA deste ano de 1,94% para 1,99%

Segundo o Relatório Focus, na última semana os analistas do mercado financeiro revisaram a mediana para o IPCA neste ano de alta de 1,94% para 1,99%. Há um mês, estava em 1,71%. A projeção para o índice em 2021 seguiu em 3,01%. Quatro semanas atrás, estava em 3,00%. **Pág. 03**

Senado chama Araújo para explicar visita 'sinistra' de Pompeo a Roraima



Visita do secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, a Roraima, foi vista como uma provocação ao governo de Maduro.

A Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou ontem, 21, um convite para que o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo,

explique a visita do secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, a Roraima, na última sexta-feira, 18. Nas três horas em que esteve em

Boa Vista, ao lado de Araújo, Pompeo endureceu o discurso contra o presidente Nicolás Maduro, a quem chamou de "narcotraficante". **Pág. 03**

Na ONU, Bolsonaro rebaterá críticas pelo descaso diante das queimadas

No discurso virtual que fará hoje, 22, na 75.ª Assembleia Geral da ONU, o presidente Bolsonaro usará a maior parte do tempo para rebater críticas que vem sofrendo da comunidade internacional pelas queimadas recordes na Amazônia e no Pantanal. Segundo interlocutores do Planalto, Bolsonaro mais uma vez deve afirmar que há uma perseguição contra o Brasil. Em seu pronunciamento, o presiden-

te também argumentará a favor da atuação de seu governo no enfrentamento à covid-19, que adotou diretrizes contrárias às recomendações de autoridades sanitárias. Bolsonaro tem repetido que o País, que registra mais de 136 mil mortes pela doença, foi um dos que melhor enfrentou a crise. A segunda participação de Bolsonaro na convenção é cercada de expectativa após uma estadia, no ano passado, considerada desastrosa pelos analistas. **Pág. 03**

Reino Unido pode adotar novo lockdown

Protestos contra monarquia ganham força na Tailândia

Bloqueio de bens é tentativa de enfraquecer defesa de Lula, diz Zanin

O bloqueio de R\$ 237,3 milhões em bens imposto pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, é "mirabolante" e uma "clara tentativa" de enfraquecê-lo nos processos da Lava Jato, declarou o criminalista Cristiano Zanin Martins, defensor do ex-presidente Lula nos processos da força-tarefa. **Pág. 06**

Sob objeção de potências mundiais, EUA retomam sanções da ONU ao Irã

INTERNACIONAL

TikTok move processo para tentar reverter banimento nos EUA

O popular aplicativo de compartilhamento de vídeo TikTok pediu a um juiz dos Estados Unidos que impeça o governo Trump de proibir a rede de mídia social chinesa, segundo documentos judiciais protocolados em Washington.

A TikTok e a sua empresa controladora, ByteDance, entraram com uma queixa em um tribunal federal de Washington contestando as recentes medidas proibitivas do governo Trump.

O Departamento de Comércio dos EUA anunciou sexta-feira (18) a proibição para pessoas no país baixarem os aplicativos de mensagens WeChat e TikTok a partir de domingo (20).

A proibição é introduzida por razões políticas, alegaram TikTok e ByteDance na reclamação. O TikTok também disse que a proibição viola os direitos da empresa. O presidente dos EUA, Donald Trump, que está envolvido numa disputa comercial de longa data com a China, emitiu uma ordem executiva em 6 de agosto proibindo transações nos EUA com os donos chineses dos aplicativos de mensagens WeChat e TikTok.

A ByteDance e a TikTok estão buscando um julgamento "declaratório" e uma ordem "invalidando e proibindo preliminarmente e permanentemente as proibições.

Museu sobre acidente nuclear de Fukushima abre suas portas



O Museu do Grande Terremoto do Leste do Japão e Memorial do Desastre Nuclear ficam em Futaba, cidade que teve sua recomendação de evacuação suspensa parcialmente em março.

O primeiro museu público sobre o acidente nuclear de Fukushima abriu suas portas domingo (20) na província, que fica localizada no nordeste japonês.

O Museu do Grande Terremoto do Leste do Japão e Memorial do Desastre Nuclear ficam em Futaba, cidade que teve sua recomendação de evacuação suspensa parcialmente em março.

Junto com a cidade de Okuma, Futaba abriga o complexo da usina nuclear Fukushima I, palco de um dos piores acidentes nucleares da história. Três reatores da usina derreteram após um enorme terremoto e um tsunami atingirem a região em março de 2011. O museu da província é repleto de

enormes telas que mostram como as comunidades estavam quando o acidente aconteceu, e como os moradores evacuaram em meio e após a tragédia.

O local ainda exibe aproximadamente 150 objetos e vídeos para explicar a confusão inicial causada pelo acidente, os esforços de descontaminação e o enorme impacto do acidente. Estima-se que, em razão da tragédia, houve 1.600 mortes, notadamente entre idosos que viviam em casas de repouso, devido às más condições de evacuação.

O museu também conta com residentes e moradores da região, que compartilham suas experiências pessoais com visitantes.

Reino Unido corre risco de novo lockdown



O primeiro-ministro Boris Johnson disse na sexta-feira (18) que ele não quer outro lockdown nacional, mas que novas restrições podem ser necessárias porque o país enfrentaria uma inevitável segunda onda da covid-19.

O Reino Unido deve reintroduzir algumas medidas de lockdown contra o coronavírus cedo ou tarde, afirmou um epidemiologista sábado (19), com novos casos da covid-19 chegando ao maior índice desde o começo de maio.

Neil Ferguson, professor de epidemiologia do Imperial College, de Londres, e ex-con-

selheiro do governo, afirmou à BBC que o país enfrentará uma "tempestade perfeita" de infecções, com as pessoas voltando ao trabalho e às escolas.

O primeiro-ministro Boris Johnson disse na sexta-feira (18) que ele não quer outro lockdown nacional, mas que novas restrições podem ser necessárias porque o país enfrentaria

uma inevitável segunda onda da covid-19.

"Eu acho que algumas medidas adicionais devem ser necessárias, cedo ou tarde", disse Ferguson.

Na sexta-feira (18), foi publicado que ministros estavam considerando um segundo lockdown nacional, com novos casos da covid-19 no maior índice

Protestos contra monarquia ganham força na Tailândia

Desafiando a monarquia do rei tailandês Maha Vajiralongkorn, milhares de manifestantes marcharam em Bangkok domingo (20) para apresentar demandas que incluem um pedido de reformas para restringir poderes do governo.

Os manifestantes ficaram cada vez mais ousados durante os dois meses de manifestações contra o palácio da Tailândia e o sistema dominado pelos militares, quebrando um antigo tabu de criticar a monarquia, o que é ilegal, segundo as leis locais.

O Palácio Real não estava imediatamente disponível para comentar. O rei, que passa grande parte do tempo na Europa, não está na Tailândia.

Os manifestantes foram bloqueados por centenas de policiais

desarmados trabalhando em barreiras de controle da multidão.

Os líderes do protesto declararam vitória depois de entregar à polícia uma carta detalhando suas demandas. Phakphong Phongphetra, chefe do Departamento de Polícia Metropolitana, disse que a carta será entregue à delegacia.

Na maior manifestação em anos, dezenas de milhares de manifestantes no sábado apelaram pela reforma da monarquia, bem como pela remoção do primeiro-ministro Prayuth Chan-ocha, um ex-líder da junta, e uma nova Constituição e eleições.

Pouco depois do nascer do sol deste domingo, os manifestantes colocaram uma placa perto do Grande Palácio de Bangkok, na área conhecida como Sanam Luang, ou Royal Field.

Sob objeção de potências mundiais, EUA retomam sanções da ONU ao Irã

Apesar das fortes objeções de aliados mais próximos, o governo Trump impôs novamente as sanções das Nações Unidas contra o Irã, como anunciou no sábado. As repercussões dessa decisão, porém, não estão claras, uma vez que Washington não terá a cooperação das outras grandes potências mundiais.

Em uma declaração no sábado à noite, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, anunciou o "retorno de praticamente todas as sanções da ONU anteriormente levantadas" e, com efeito, declarou que o acordo nuclear de 2015 com o Irã não estava mais em vigor. "O mundo ficará mais seguro como resultado", disse Pompeo.

Ele também alertou que os Estados Unidos estão prepara-

dos para usar suas autoridades nacionais para impor consequências a outros países que não aplicarem as sanções ao Irã. Ele não deu mais detalhes.

Minutos após a declaração de Pompeo, o embaixador iraniano na ONU, Majid Takht Ravanchi, disse que as sanções eram "nulas e sem efeito". "O prazo ilegal e falso dos EUA já passou", escreveu Ravanchi no Twitter. Ele alertou que nadar contra as correntes internacionais só trará mais isolamento aos EUA.

Um dia antes da declaração, Reino Unido, França e Alemanha manifestaram em uma carta que as sanções - suspensas pela ONU após a assinatura do acordo nuclear de 2015 - não teriam efeito legal.

Em uma declaração no sábado à noite, o secretário de Estado americano, Mike Pompeo, anunciou o "retorno de praticamente todas as sanções da ONU anteriormente levantadas" e, com efeito, declarou que o acordo nuclear de 2015 com o Irã não estava mais em vigor. "O mundo ficará mais seguro como resultado", disse Pompeo.

Ele também alertou que os Estados Unidos estão prepara-

GERAL

Primeiro caça sueco Gripen chega ao Brasil

O primeiro dos 36 caças Gripen de fabricação da sueca Saab chegou na manhã de domingo, 20, no porto de Navegantes, em Santa Catarina. A aeronave veio a bordo do navio MV Elke, que saiu de Norrköping, Suécia, em 27 de agosto. O equipamento segue agora para o Centro de Ensaios em Voo do Gripen (CiFTC, na sigla em inglês), localizado no município de Gravito Perceoto (SP).

Batizado de F-39 pela Força Aérea Brasileira (FAB), a aeronave está prevista para ser entregue oficialmente ao governo federal em 2021. Até lá, a Saab continuará realizando, agora em território brasileiro, os ensaios de voo do equipamento. Após a conclusão dos testes no Centro de Ensaios em Voo do Gripen, o caça vai ser incorporado à frota da FAB.

De acordo com informações divulgadas pela Saab, a apresentação oficial da aeronave deve ocorrer no dia 23 de outubro,

em cerimônia a ser realizada em Brasília em celebração ao Dia do Aviador e da Força Aérea Brasileira. Parte dos 36 Gripen será fabricada no Brasil, em instalações localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e Gravito Perceoto.

O voo experimental do primeiro Gripen foi realizado em agosto de 2019 e, no mês seguinte, foi apresentado oficialmente à FAB e às demais autoridades brasileiras em evento na Suécia. A compra dos 36 caças Gripen foi firmada no final de 2013, ainda durante o primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, para reequipar a frota FAB.

O contrato, no valor de 39,3 bilhões de coroas suecas (R\$ 23,7 bilhões, no câmbio atual), prevê, além da produção de 36 aeronaves até 2024, um programa de transferência de tecnologia à indústria aeroespacial brasileira para o desenvolvimento do Gripen no Brasil.

Ibope mostra Russomanno na frente na eleição para prefeito de São Paulo

O deputado federal e apresentador de televisão Celso Russomanno, do partido Republicanos, lidera a primeira pesquisa Ibope feita após a confirmação da lista de candidatos à Prefeitura de São Paulo. Ele tem 24% das intenções de voto, e é seguido pelo atual prefeito, Bruno Covas (PSDB), com 18%. Em terceiro lugar, empatados tecnicamente, aparecem Guilherme Boulos (PSOL), com 8%, e Marcio França (PSB).

Como a margem de erro máxima da pesquisa é de três pontos percentuais, o Ibope considerou que Russomanno e Covas estão empatados no limite da margem - é como se o líder, no pior dos cenários, estivesse com 21%, e o segundo colocado, na melhor das hipóteses, também chegasse a 21%. É extremamente improvável que esse empate de fato exista, porém. Existe uma margem de erro diferente para cada porcentagem das intenções de voto - como tanto Russomanno quanto Covas tiveram pontuações relativamente baixas, a variação máxima de suas taxas para mais ou para menos é inferior a três pontos.

O PT, um dos principais protagonistas das eleições paulistas desde a redemocratização do País, desta vez estreia na corrida eleitoral paulista com significativa desvantagem em relação aos líderes. O candidato do partido, Jilmar Tatto, tem apenas 1% das preferências, o mesmo que os "manicos" Levy Fidelix (PRTB) e Vera Lucia (PSTU).

Eleitos para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa em 2018, na onda do antipetismo, os ex-bolsonaristas,



Joice Hasselmann (PSL) e Arthur do Val (do partido Patriota, que se apresenta como "Mamãe Falei") aparecem com apenas 2%.

O ex-luciano Andrea Mattarazzo (PSD), que já comandou a subprefeitura da Sé, na região central da capital, tem 1%, mesma taxa dos estreantes Marina Helou (Rede) e Filipe Sahará (Novo).

Neste início de campanha, há sinais de que os paulistas estão menos interessados na eleição. Na pesquisa espontânea, aquela em que o entrevistado revela sua escolha antes mesmo de receber um disco de papel com os nomes dos candidatos, nada menos que 56% dos eleitores se declaram indecisos, e outros 22% afirmam que votarão nulo ou em branco.

Há quatro anos, na primeira pesquisa Ibope da campanha municipal de 2016, a taxa de indecisos em São Paulo, no levantamento espontâneo, era de 45% - também alta, mas onze pontos percentuais inferior à atual.

Na chamada pesquisa estimulada, que registra a escolha do eleitor depois que ele lê a lista de candidatos, a taxa de indecisos é de 10% - mas que o dobro da registrada no início da campanha de 2016.

O levantamento do Ibope, feito a pedido da Associação Comercial de São Paulo e em parceria com o Estadão, mediu também as taxas de rejeição aos candidatos, ao perguntar aos eleitores em quem eles não votariam de jeito

nenhum. Nesse caso, Russomanno e Bruno Covas também aparecem como líderes, mas em posições invertidas: o prefeito tem 30% e o deputado, 24%.

Os demais candidatos, que são menos conhecidos ou tiveram menor visibilidade em meios de comunicação nos últimos meses, têm taxas menores de rejeição. No caso de Boulos, 13% afirmam que não votariam nele em nenhuma hipótese. A possibilidade de voto em Marcio França é descartada por 10%.

Diferenças - Os dois principais concorrentes têm perfis bem distintos de eleitorado. As taxas de intenção de votos em Bruno Covas são maiores nos segmentos de renda mais alta da cidade.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Marcos Henriques
Comercial

Valter Lana
Editor responsável

www.diariodenoticias.com.br
site

redacao@diariodenoticias.com.br
e mail

Contato: 55 11 5584-0035 - marcio@diariodenoticias.com.br

anatec
www.anatec.org.br

ANJ
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE JORNALISTAS

FUNDACÃO VANDERLEI
THAMER
LACERDA
ANATEC

POLÍTICA

Maia afirma que tema do meio ambiente não pode ser disputa política



"Aqueles que ocupam mandatos e cargos públicos não têm a opção de negligenciar essa obrigação. Descuidar desses deveres é violar frontalmente a Constituição", disse Maia.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a postura do governo federal em relação aos recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. De acordo com Maia, o compromisso com o meio ambiente não

se encontra no campo da disputa política e a não aplicação dos recursos do fundo em 2019 contrariou "frontalmente a Constituição".

O presidente da Câmara foi o primeiro participante a falar ontem (21) na audiência convo-

cada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luis Roberto Barroso, no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708 que trata da quase paralisação das atividades relacionadas ao fundo no ano pas-

sado. A ação teve como base dados do Observatório do Clima e foi apresentada pelos partidos Rede, PT, PSOL e PSB.

"O [compromisso com o meio ambiente] é dever incontornável de todos os agentes públicos que ao assumirem seus mandatos ou cargos juraram cumprir a Constituição. Aqueles que ocupam mandatos e cargos públicos não têm a opção de negligenciar essa obrigação. Descuidar desses deveres é violar frontalmente a Constituição", disse Maia.

Durante sua participação, Maia disse ainda que a ação que tramita na Corte levou o governo a adotar providências para o funcionamento do Fundo e citou o aporte no valor de R\$ 232 milhões feito para este ano. Ele citou ainda a aprovação do Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) para o biênio 2020-2021.

"O ajuizamento dessa ação, contudo, parece ter estimulado o governo a tomar algumas medidas. Uma nova composição do comitê gestor [do fundo] foi nomeada em março deste ano. E o plano anual de aplicação de recursos foi finalmente aprovado em julho, com quatro meses de atraso. Em agosto foi efetuado o repasse de 350 milhões ao BNDES para o financiamento de projeto. E há pouco dias, 15 de setembro, mais 233 milhões", disse Maia.

Defesa usará verba da Lava Jato destinada à Amazônia para satélite de R\$ 577 mi

O Ministério da Defesa decidiu levar adiante um projeto de sistemas de satélite com preço estimado pelos próprios militares em R\$ 577,9 milhões e previsão de ficar pronto só em 2026. Boa parte dos recursos está atrelada a dinheiro da Operação Lava Jato, retirado de indenizações pagas pela Petrobras.

Os militares ficaram com R\$ 530 milhões repassados pela estatal em seu acordo, verba que, por decisão do Supremo Tribunal Federal, deveria ser usada exclusivamente para proteção da Amazônia. O custo do projeto é cinco vezes o orçamento de R\$ 118 milhões deste ano do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Mi-

nistério da Ciência e Tecnologia, há décadas responsável por monitorar o País via satélites, mas que tem tido seu trabalho questionado pelo presidente, Jair Bolsonaro, e o vice, Hamilton Mourão. A nova ação não prevê aprimorar a estrutura tecnológica do Inpe, mas sim do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), controlado pela Defesa.

Em agosto, a Defesa informou que pretende investir R\$ 145 milhões em um projeto de satélite para monitorar a Amazônia. Trata-se da fase inicial de um programa que, segundo informações da própria pasta, só fica pronto no próximo governo, em seis anos.

Senado: comissão aprova convite para Ernesto Araújo falar sobre visita de Pompeo

Após uma tentativa de barrar a votação de 33 indicações do presidente Jair Bolsonaro para embaixadas brasileiras, a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou ontem, 21, um convite para o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, esclarecer a visita do secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, a Roraima, na última sexta-feira, 18.

Em nota divulgada no mesmo dia, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou a visita, feita a 46 dias da eleição americana. Nas três horas em que esteve em Boa Vista, ao lado de Araújo, Pompeo conheceu as instalações da Operação Acolhida, que recebe imigrantes venezuelanos, e endureceu o discurso

contra o presidente Nicolás Maduro, a quem chamou de "narcotraficante". Segundo Maia, a recepção a Pompeo "afronta as tradições de autonomia e altivez de nossas políticas externa e de defesa".

De acordo com integrantes da comissão do Senado, Araújo já aceitou o convite e participará de uma audiência pública presencial do colegiado na próxima quinta-feira, 23, às 10 horas. O convite foi apresentado pelo senador Telmário Mota (PROS-RR), que ameaçava barrar as sabinas marcadas para ontem, 21, em função da visita do secretário norte-americano.

O motivo da viagem de Pompeo foi pressionar o governo de Maduro e demonstrar o alinhamento dos EUA com os países vizinhos da Venezuela.

Bolsonaro vai rebater críticas na ONU

Pressionado por organizações internacionais pelas queimadas recorde na Amazônia e no Pantanal, o presidente Jair Bolsonaro usará o discurso de abertura nos debates da 75.ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), hoje, 22, para rebater críticas de que o governo brasileiro segue inerte na questão ambiental. Bolsonaro, mais uma vez, deve afirmar que há uma perseguição contra o Brasil.

Em seu pronunciamento, o presidente também argumentará a favor da atuação de seu gover-

no no enfrentamento à covid-19, que adotou diretrizes contrárias às recomendações de autoridades sanitárias. Bolsonaro tem repetido que o País, que registra mais de 136 mil mortes pela doença, foi um dos que melhor enfrentou a crise.

A segunda participação de Bolsonaro na convenção ocorrerá de modo virtual por causa da pandemia do novo coronavírus. A fala é cercada de expectativa após uma estadia, no ano passado, considerada agressiva.

Depois de ajustes pedidos pelo presidente, o discurso foi

gravado na última quarta-feira, e enviado no dia seguinte para a organização da Assembleia Geral. O Estado teve acesso a um texto preliminar com diretrizes para o pronunciamento de Bolsonaro.

Na tentativa de demonstrar que não está indiferente à questão ambiental, o líder brasileiro deve mencionar que ele mesmo designou o vice-presidente Hamilton Mourão para estar à frente do Conselho Nacional da Amazônia, citando "mobilização de recursos para controlar o desmatamento, combater ativi-

dades ilegais e o crime organizado na Amazônia". Bolsonaro deve alegar ainda que o Brasil tem avançado na implementação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU. No discurso, deve destacar que a preservação ambiental tem que seguir junto com o desenvolvimento econômico.

Projetos - A expectativa é que o presidente cite que o governo tem trabalhado para atrair financiamento para projetos na floresta para benefício das 20 milhões de pessoas que vivem na região.

ECONOMIA

Projeção de Selic para 2023 sobe de 5,50% para 5,63%, aponta Focus

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2020. O Relatório de Mercado Focus trouxe ontem que a mediana das previsões para a Selic neste ano seguiu em 2,00% ao ano. Há um mês, estava no mesmo patamar.

Já a projeção para a Selic no fim de 2021 seguiu em 2,50% ao ano, ante 3,00% de quatro semanas atrás. No caso de 2022, a projeção seguiu em 4,50% ao ano, igual a um mês antes. Para 2023, foi de 5,50% para 5,63%, ante 6,00% de quatro semanas atrás.

Na semana passada, ao manter a Selic em 2,00% ao ano, o

Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou que "a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo monetário extraordinariamente elevado", mas "devido a questões prudenciais e de estabilidade financeira, o espaço remanescente para utilização da política monetária, se houver, deve ser pequeno". Em função disso, conforme o BC, "eventuais ajustes futuros no atual grau de estímulo ocorreriam com gradualismo adicional e dependerão da percepção sobre a trajetória fiscal, assim como de novas informações que alterem a atual avaliação do Copom sobre a inflação prospectiva".

Secovi: Rio tem melhor agosto em 4 anos para negociação de imóveis residenciais

O mercado imobiliário carioca teve o melhor agosto dos últimos quatro anos em 2020 para a compra de imóveis, aponta o Secovi Rio. De acordo com a entidade, foram fechados 3.500 negócios residenciais no mês passado, melhor volume desde 2017. Os juros baixos, a flexibilização das medidas de distanciamento social e a maior oferta de crédito imobiliário impulsionaram o movimento.

Dados da Secovi Rio indicam que foram efetuadas mais de 18.237 transações residenciais de janeiro a agosto de 2020 na cidade, sendo quase 20% apenas no mês de agosto. Leblon (R\$ 2.513.896), Ipanema (R\$ 2.424.344) - ambos na zona sul - e Barra da Tijuca

(R\$ 1.400.720), na zona oeste, concentraram os valores médios mais altos de imóveis no período.

A imobiliária Apsa - líder em gestão de propriedades urbanas - diz que no período entre junho e agosto houve alta de 77% na busca por imóveis residenciais para compra, na comparação com os três meses pré-pandemia. O aumento da procura ocorreu sobretudo nos bairros de Copacabana (zona sul) e Tijuca (zona norte). Os dois bairros concentraram 63% da procura em agosto. A empresa que identificou um aumento tanto na busca por potenciais compradores quanto em pedidos de avaliação por parte de proprietários.

Estimativa do Focus para PIB 2020 sai de -5,11% para -5,05%

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a economia este ano passou de retração 5,11% para queda de 5,05%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 5,46%.

Para 2021, o mercado financeiro manteve a previsão do Produto Interno Bruto, de alta de 3,50%. Quatro semanas atrás, estava no mesmo patamar.

No Focus, a projeção para a produção industrial de 2020 foi de baixa de 6,90% para queda de 6,30%. Há um mês, estava em declínio de 7,68%. No caso de 2021, a estimativa de cres-



A projeção para a produção industrial de 2020

foi de baixa de 6,90% para queda de 6,30%.

cimento da produção industrial passou de 5,50% para 5,01%, ante 5,42% de quatro semanas antes.

Projeção do Focus de IPCA 2020 sai de 1,94% para 1,99% e segue em 3,01% em 2021

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IPCA - o índice oficial de preços - em 2020. O Relatório de Mercado Focus divulgou ontem, 21, pelo Banco Central, mostra que a mediana para o IPCA neste ano foi de alta de 1,94% para 1,99%. Há um mês, estava em 1,71%. A projeção para o índice em 2021 seguiu em 3,01%. Quatro semanas atrás, estava em 3,00%.

O relatório Focus trouxe ainda a estimativa para o IPCA em 2022, que foi mantida em

3,50%. No caso de 2023, a expectativa permaneceu em 3,25%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,50% e 3,25%, nesta ordem.

A expectativa dos economistas para a inflação já está bem abaixo do centro da meta de 2020, de 4,00%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual (índice de 2,50% a 5,50%). No caso de 2021, a meta é de 3,75%, com margem de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 pon-

to (de 2,00% a 5,00%), enquanto o parâmetro para 2023 é inflação de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%).

Entre as instituições que mais se aproximam do resultado efetivo do IPCA no médio prazo, denominadas Top 5, a mediana das projeções para 2020 foi de 1,95% para 2,05%. Para 2021, a estimativa do Top 5 seguiu em 3,20%. Quatro semanas atrás, as expectativas eram de 1,63% e 2,89%, respectivamente.

No caso de 2022, a mediana do IPCA no Top 5 seguiu em

A pesquisa Focus mostrou ainda que a estimativa para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2020 passou de 67,50% para 67,25%. Há um mês, estava em 67,00%. Para 2021, a expectativa foi de 69,95% para 69,90%, ante 69,65% de um mês atrás.

Deficit primário - O Relatório de Mercado Focus trouxe hoje manutenção na projeção para o resultado primário do governo em 2020. A relação entre o déficit primário e o PIB este ano seguiu em 12,00%. No caso de 2021, permaneceu em 2,80%. Há um mês, os percentuais estavam em 11,63% e 2,67%, respectivamente.

3,48%, igual a um mês atrás. A projeção para 2023 no Top 5 seguiu em 3,50%, ante 3,25% de quatro semanas antes.

Últimos 5 dias - A projeção mediana para o IPCA de 2020 atualizada com base nos últimos cinco dias úteis foi de 1,95% para 2,01%. Houve 45 respostas para esta projeção no período. Há um mês, o percentual calculado estava em 1,78%.

No caso de 2021, a estimativa do IPCA dos últimos cinco dias úteis seguiu em 3,00%. Há um mês, estava em 3,02%.

CONTEXTO JURÍDICO

TJ-RJ decide que Cristiane Brasil continuará presa

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargador Claudio de Mello Tavarés, rejeitou domingo (20) os pedidos de relaxamento, revogação, substituição e conversão da prisão preventiva da ex-deputada federal Cristiane Brasil, detida em 11 de setembro por decisão da 26ª Vara Criminal da Comarca da Capital.

Além de rejeitar os pedidos da defesa da ex-deputada, o presidente do TJ-RJ determinou o cumprimento imediato de uma decisão do ministro Joel Ilan Paciornik, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para a redistribuição da ação penal inicial e conclusão ao desembargador do Órgão Especial.

A defesa de Cristiane Brasil pediu relaxamento e conversão da prisão preventiva ao Plantão citando a decisão do ministro do STJ, que, ao receber o pedido de habeas corpus da ex-deputada, determinou que o pedido de liberdade fosse analisado pelo TJ-RJ em 24h.

Os advogados que representam a ex-deputada federal já haviam pedido sua liberdade em 14 de setembro, e o pedido foi distribuído para que o desembargador Luciano Silva Barreto decidisse. Porém, o desembargador Marco Antonio Ibrahim, que integra o Órgão Especial do TJ-RJ, entendeu que o pedido cabia a ele, uma vez que homologara o acordo de colaboração premiada que subsidiou a denúncia.



A defesa de Cristiane Brasil pediu relaxamento e conversão da prisão preventiva.

O TJ-RJ explica que, quando a ação penal e todas as medidas cautelares vinculadas passaram para Ibrahim, Barreto extinguiu sem mérito o habeas corpus. Diante disso, a defesa requereu a liberdade junto ao STJ.

Segundo o TJ-RJ, entre as alegações da defesa está o fato de Cristiane Brasil ser candidata a prefeita do Rio de Janeiro na eleição municipal, e que a prisão teria caráter político. Na decisão, o presidente do TJ-RJ afirmou que “o exercício do ius honorum e sua condição de política profissional em nada influenciam na análise da questão posta, a uma porque a

análise que se pretende é eminentemente técnico-jurídica, com fundamentação descritiva de livre convencimento motivado. Além disso, a candidatura de cidadão, de per si, não lhe confere imunidade material ou formal”.

O desembargador afirma ainda que a colaboração premiada utilizada na investigação dá conta da “constante ingerência da paciente na celebração dos contratos e indicação de pessoas”, e que “a custódia cautelar se mostra imprescindível para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal”. Procurada pela Agência

Brasil, a assessoria de imprensa de Cristiane Brasil afirmou que a defesa ainda não havia tido acesso à decisão.

O caso - Segundo o MP, as investigações que levaram à prisão da ex-deputada constatarem fraudes em contratos para diversos projetos sociais na Fundação Leão XIII, entidade estadual voltada para o atendimento a populações de baixa renda e moradores de rua do Rio de Janeiro, e também nas secretarias municipais de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida e de Proteção à Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro, de 2013 a 2018.

Ministro determina retirada da Força Nacional de dois municípios baianos

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou à União que retire dos Municípios de Prado e Mucuri, na Bahia, no prazo de 48 horas, todo o contingente da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) enviado ao local. A decisão se deu na concessão parcial de medida liminar na Ação Cível Originária (ACO) 3427, ajuizada pelo governo baiano, e será submetida a referendo do Plenário.

A Portaria 493/2020 do Ministério da Justiça e de Segurança Pública autorizou o emprego da FNSP na região, no período de 3/9 a 2/10, em apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o cumprimento de mandado de reintegração de posse em dois assenta-

mentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Intervenção - Na ACO, o governo estadual sustenta que, apesar de a operação ter sido autorizada para a preservação da ordem pública e da incolumidade de pessoas e patrimônios, não há qualquer indicio de conflitos sociais, desestabilização institucional ou riscos de outra natureza que justificassem a medida. Assim, a Força Nacional teria sido mobilizada para intervir na segurança pública do estado de forma desarrazoada e violadora de sua autonomia federativa. Segundo o estado, não tendo havido qualquer tipo de requisição pelo governador, a hipótese caracterizaria intervenção federal.

Ministro Marco Aurélio determina liberação dos bens da Andrade Gutierrez Engenharia

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar no Mandado de Segurança (MS) 37372 para autorizar a livre movimentação dos bens da Andrade Gutierrez Engenharia S/A, que estavam bloqueados por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). A indisponibilidade havia sido decretada em 2018, em auditoria que fiscalizou as obras civis da Usina Termonuclear de Angra 3, pelo prazo de um ano.

Previsão da indisponibilidade - O TCU aplicou dispositivo de sua Lei Orgânica (Lei 8.443/1992, artigo 44, parágrafo 2º) que permite a decretação, por esse prazo,

da indisponibilidade de bens do responsável suficientes ao ressarcimento de possíveis danos apurados. O artigo 274 do Regimento Interno do TCU também prevê a possibilidade.

O acórdão foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 9/5/2018 e, desde então, a indisponibilidade começou a ser efetivada.

Danos - No mandado de segurança, os advogados alegam que, em razão da omissão do TCU, a empresa, na prática, continua sofrendo os efeitos da decisão, mesmo após a expiração de seu prazo legal de vigência, “o que vem agravando significativamente os danos suportados”.

Barroso defende trabalho da imprensa no combate à desinformação

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luis Roberto Barroso, disse que o país e o mundo nunca precisaram tanto da imprensa profissional e de qualidade, capaz de separar, com profissionalismo, fato de opinião, como agora. Em um evento restrito a jornalistas sexta-feira (18), o magistrado pediu amplo apoio à imprensa no combate à desinformação, na checagem de fatos e no compromisso com a verdade no período eleitoral.

“Talvez, a pior consequência das campanhas de desinformação seja precisamente essa deterioração do debate público e a formação de enclaves de pessoas que só falam para si mesmas e, quando têm interlocução com as outras, é para agredir e desqualificar. Nós, que defendemos a democracia, contamos mais do que nunca com o trabalho da imprensa de qualidade”, afirmou.

Para o ministro, é preciso haver um filtro adequado para a grande quantidade de desinformação e de inverdades que circulam pelas redes sociais. “As redes sociais têm um lado positivo, mas vêm sendo palco para



Para o ministro, é preciso haver um filtro adequado para a grande quantidade de desinformação e de inverdades que circulam pelas redes sociais.

pessoas totalmente pervertidas difundirem mentiras deliberadas, campanhas de ódio e de difamação. Precisamos enfrentar isso. As instituições democráticas vêm sofrendo um ataque massivo de mídias digitais e de terroristas verbais que fazem

muito mal a todos nós. Não só pelo possível impacto no resultado das eleições, mas pela deterioração do debate público de uma maneira geral”, disse.

Nas eleições municipais deste ano, as campanhas publicitárias da Justiça Eleitoral têm

abordado a atuação dos mestários em tempos de pandemia, o combate à desinformação, a atração de mais jovens e mulheres para a política, os cuidados sanitários para os eleitores e para quem vai trabalhar na votação de novembro.

Justiça Eleitoral já registrou mais de 55 mil pedidos de candidaturas

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já registrou mais de 55 mil pedidos de candidatura para concorrer aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador nas eleições municipais de 2020, até as 17h deste sábado (19). Seguindo a tradição brasileira, os homens são maioria na disputa, representando 66,9% dos pedidos, enquanto as mulheres 33,1%. A faixa etária predominante é de pessoas entre 40 anos e 44 anos de idade e mais da metade se declararam casados 53,1%.

A plataforma desenvolvida pelo TSE aponta ainda que brancos e pardos estão em maior número entre os postulantes a uma vaga eletiva municipal, 53,61% e 33,94%, respectivamente, seguidos de pretos, 10,4%. Amarelos e indígenas não chegam a 1% dos registros até agora.

Em relação ao grau escolaridade, a plataforma aponta que 37,56% têm ensino médio completo, na sequência vem os que têm nível superior completo, 26,3%, fundamental in-

completo, 12,4%, fundamental completo, 11,74%, superior incompleto, 4,83%, ensino médio incompleto, 4,68%. Os que declararam que apenas leem e escrevem somavam 2,48%.

A maioria dos candidatos não se encaixou em nenhuma das ocupações mais frequentes listadas pela Justiça Eleitoral e marcou “outros” nessa opção. Já servidores públicos, agricultores e empresários aparecem na sequência, com 7,16%, 6,92% e 6,54% dos registros. Comerciantes, vereadores e donas de casa representam 5,51%, 5,14% e 3,76%, respectivamente.

A quantidade exata de candidatos nas eleições de novembro ainda está muito aquém da previsão do TSE, de 700 mil. O prazo de entrega da documentação exigida pela Justiça Eleitoral para a solicitação dos registros pela internet expira às 8h do dia 26 de setembro. Após esse horário, a entrega terá que ser presencial e agendada, exigindo deslocamento ao cartório e os devidos cuidados sanitários.

Ministro determina retirada da Força Nacional de dois municípios baianos

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou à União que retire dos Municípios de Prado e Mucuri, na Bahia, no prazo de 48 horas, todo o contingente da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) enviado ao local. A decisão se deu na concessão parcial de medida liminar na Ação Cível Originária (ACO) 3427, ajuizada pelo governo baiano, e será submetida a referendo do Plenário.

A Portaria 493/2020 do Ministério da Justiça e de Segurança Pública autorizou o emprego da FNSP na região, no período de 3/9 a 2/10, em apoio ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para o cumprimento de mandado de reintegração de posse em dois assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Intervenção - Na ACO, o governo estadual sustenta que, apesar de a operação ter sido autorizada para a preservação da ordem pública e da incolumidade de pessoas e patrimônios, não há qualquer indicio de conflitos sociais, desestabilização institucional ou riscos de outra natureza que justificassem a medida. Assim, a Força Nacional teria sido mobilizada para intervir na segurança pública do estado de forma desarrazoada e violadora de sua autonomia federativa. Segundo o estado, não tendo havido qualquer tipo de requisição pelo governador, a hipótese caracterizaria intervenção federal.

Autonomia estadual - O ministro Edson Fachin considerou plausível que o artigo 4º do Decreto 5.289/2004, na parte em que dispensa a anuência do governador no emprego da Força Nacional, viole o princípio da autonomia estadual. O dispositivo prevê que a FNSP poderá ser empregada mediante solicitação expressa do governador ou de ministro de Estado.

Segundo o relator, a jurisprudência do STF tem se consolidado no sentido da autonomia dos estados.

Suspensa eficácia de lei do Maranhão que interrompia pagamento de crédito consignado durante pandemia

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a eficácia de lei do Estado do Maranhão que determinou a suspensão, por 90 dias, no âmbito do estado, do pagamento de contratos de crédito consignado de servidores públicos estaduais e municipais e de empregados públicos e privados em decorrência da pandemia da Covid-19. A medida liminar, deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6475, será submetida a referendo do Plenário.

A Lei estadual 11.274/2020 também estabelece que, encerrado o estado de emergência pública, as instituições financeiras deverão oferecer condições

facilitadas para o pagamento das parcelas vencidas durante a suspensão e afasta a incidência de juros de mora, multa ou correção monetária sobre o valor das parcelas com vencimento a partir de 20/3/2020. A Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif), autora da ação, argumenta que a norma usurpa a competência da União para legislar sobre a matéria e a iniciativa legislativa exclusiva do Poder Executivo para dispor sobre a organização da administração pública. Também afirma que, por alterar contratos válidos, a lei estadual afronta a garantia constitucional do ato jurídico perfeito, o princípio da proporcionalidade e a livre iniciativa.

Retenção de importados na alfândega para pagamento de diferença fiscal não ofende a Constituição

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que é possível condicionar o desembaraço aduaneiro de bens importados ao pagamento de diferença fiscal arbitrada por autoridade sobre o valor da mercadoria.

A Corte, em decisão unânime, na sessão virtual encerrada em 14/9, acompanhou o voto do relator, ministro Marco Aurélio, e deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 1090591, com repercussão geral reconhecida.

Meio coercitivo - O recurso foi interposto pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) que entendeu inabível condicionar o despacho aduaneiro de bens importados ao pagamento das diferenças. No caso, a Receita Federal havia retido as mercadorias

importadas por uma empresa de Santa Catarina, com a alegação de subfaturamento (declaração de menor preço da mercadoria para pagamento a menor do tributo), e condicionou sua liberação ao pagamento de multa e tributos complementares ou depósito de caução (garantia) correspondente. Ao afastar a retenção, o TRF-4 entendeu, entre outros pontos, que a Súmula 323 do Supremo proíbe a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

No RE, a União argumenta que não há semelhança entre o precedente que originou a Súmula 323 e a situação retratada no processo, pois, naquela ocasião, discutiu-se a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

GERAL

Justiça impede retorno de professores civis ao Colégio Militar do Rio

A Justiça Federal concedeu uma liminar que impede o retorno das aulas presenciais no Colégio Militar do Rio de Janeiro, que estava previsto para ontem (21). As atividades presenciais estão suspensas desde março por causa da pandemia de covid-19.

O pedido foi feito pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional do Colégio Militar do Rio de Janeiro (Sinasefe Seção Sindical CMRJ) e a decisão foi dada na sexta-feira (18) pelo juiz Mauro Souza Marques da Costa Braga, da 1ª Vara Federal.

No texto, ele afirmou que não há previsão logística o suficiente para impedir o contágio e cita um estudo feito na Espanha, que aponta a exposição dos estudantes em uma sala com 20 alunos a até 1.500 pessoas em três dias. Ele menciona, também, o caso de Manaus, onde 1,7 mil professores testaram positivo para covid-19 um mês após o retorno às aulas presenciais.

O juiz, em sua decisão, também afirmou que o estado do Rio ainda está sob estado de emergência de saúde pública. “Com efeito, nas condições sanitárias atuais, decorrentes da pandemia da covid-19, o retorno às aulas presenciais mostra-se temerário e contrário aos direitos à saúde e ao trabalho, constitucionalmente previstos e garantidos, colocando em risco os profissionais de educação, alunos e familiares”, enfatizou.

Ele afirmou que o direito à educação não pode representar risco real à vida e à saúde humana. “Assim sendo, ainda que se reconheça um prejuízo educacional e emocional às crianças e aos adolescentes, há que se considerar, primeiramente, o prejuízo à vida de toda a população, que, na hierarquia constitucional, é um direito maior a ser tutelado. Aliás, o maior de todos”, especificou.

Orientações científicas
O magistrado afirmou se pautar pelas orientações científicas da médica Margaret Dalcom, pneumologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e do médico Roberto Medronho, infectologista e professor da Faculdade de Medicina e Coordenador do Grupo de Trabalho Coronavírus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na decisão, o juiz suspende o retorno às aulas presenciais no Colégio Militar do Rio “enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública e de calamidade pública do estado”.

Em nota divulgada ontem (20), a Seção Sindical CMRJ (Colégio Militar do Rio de Janeiro) lembra que os servidores “viram o seu trabalho triplicado da noite para o dia e migraram em tempo recorde para o ensino online a fim de minimizar os impactos da suspensão das aulas presenciais” e que essas atividades têm apresentado “resultados satisfatórios”.

Blogueiro investigado mantinha grupo com deputados bolsonaristas

O blogueiro Allan dos Santos, apontado como autor de mensagens em que sugere “a necessidade de uma intervenção militar”, mantinha um grupo de WhatsApp com deputados bolsonaristas e “outras pessoas de baixo escalão do governo” - as conversas resultavam em reuniões na residência do blogueiro, no Lago Sul, em Brasília.

As informações constam em três depoimentos colhidos pela Polícia Federal e obtidos pelo Estadão: do assessor parlamentar Tércio Arnaud Tomaz, apontado como integrante do gabinete do ódio, e do deputado federal Paulo Martins (PSC-PR). Ambos confirmaram as conversas virtuais e as reuniões organizadas por Allan.

Uma terceira oitiva, feita com o youtuber Adilson Nelsu Dini,

do canal Ravex Brasil, também informou sobre a realização de “encontros”, “muitas vezes de confraternização”, na casa de Allan por “pessoas que compartilham a ideia de apoio ao presidente Jair Bolsonaro” - entre os participantes estaria o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). O parlamentar prestará depoimento no inquérito no próximo dia 23.

“Os encontros, muitas vezes de confraternização, envolvendo amigos e pessoas que compartilham a ideia de apoio ao presidente Jair Bolsonaro, que já ocorreram na casa de Allan, situada no Lago Sul em Brasília, onde algumas vezes participou Eduardo Bolsonaro, não é conhecido, e nem pode ser chamado de gabinete do ódio”, afirmou Dini à PF.

Bretas ordena sequestro de R\$ 237 milhões em bens do advogado de Lula

O juiz federal Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, determinou o bloqueio de R\$ 237,3 milhões do criminalista Cristiano Zanin Martins, advogado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Lava Jato. A decisão foi tomada no dia 1º e tornada pública no sábado, 19, quando o magistrado levantou o sigilo dos autos do documento.

Bretas também bloqueou R\$ 32,1 milhões do associado de Zanin, Roberto Teixeira, e outros R\$ 237 mil do escritório de advocacia dos criminalistas.

A ordem foi tomada no âmbito da Operação Esquema S, que apura tráfico de influência e desvios milionários das seções fluminenses do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac RJ) e Federação do Comércio (Fecomércio RJ). Advogados renomados no meio político são investigados no caso

e tiveram endereços profissionais e residenciais vasculhados no último dia 9.

Segundo Bretas, o escritório de Zanin e Teixeira teria sido “o precursor no recebimento de honorários advocatícios exorbitantes pagos pela Fecomércio/RJ em prol de interesses particulares de Orlando Diniz”, ex-presidente da federação e hoje delator.

“Prática que, em tese foi replicada pelos demais escritórios ora investigados, formando um verdadeiro grupo criminoso voltado supostamente para o cometimento dos delitos de peculato, corrupção ativa, tráfico de influência e exploração de prestígio, tudo sob o manto do exercício da advocacia”, afirmou Bretas. O juiz da Lava Jato Rio disse que Zanin e Teixeira participaram de uma reunião com Orlando Diniz no início de 2012, no Copacabana Palace, no Rio, e que, segundo o delator, “ficou claro que tais advogados iriam

garantir” sua permanência à frente do Sesc Rio enquanto se burlava fiscalizações de conselheiros fiscais e do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Os advogados tinham ciência, a princípio, de que estavam sendo pagos pela Fecomércio e, posteriormente, com verba pública das entidades paraestatais para atuar em favor de Orlando Diniz”, apontou Bretas.

Nas redes sociais, Zanin afirmou que “é fake” que foi apreendido R\$ 237 milhões em suas contas. “Para além do abuso de autoridade e do lawfare, trabalham com a mentira e a desinformação mesmo contra alguém que sempre atuou na iniciativa privada”, afirmou.

Em nota, o criminalista disse ao Estadão que a “mirabolante decisão foi proferida em mais uma clara tentativa de macular minha história de mais de 20 anos na advocacia privada em litígios decisivos”. Zanin também

afirmou que o bloqueio é “uma clara tentativa de me enfraquecer em processos decisivos que estão sob a minha condução e que contestam a legalidade da própria Operação Lava Jato, em especial, aquele que trata da suspensão do ex-juiz Sérgio Moro”.

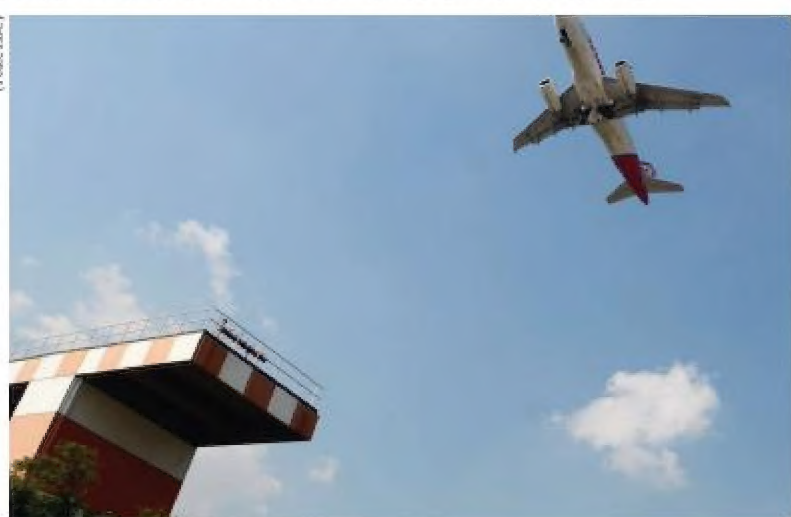
“Na desesperada tentativa de criar manchetes e produzir efeitos políticos, o juiz fixou o valor do bloqueio mediante uma descabida somatória de valores de diferentes escritórios de advocacia e ainda adicionou exorbitante valor a título de “dano moral”, que ele mesmo estipulou, o que mostra um absurdo sem precedentes”, afirmou Zanin. O advogado de Lula declarou que os serviços de seu escritório em relação à Fecomércio-RJ estão amplamente documentados, registrados nos nossos sistemas internos e mostram mais de 12 mil horas de trabalho prestadas por 77 profissionais da área jurídica, além do suporte administrativo”.

Turismo: metade das operadoras vende viagens para novembro e dezembro

Em agosto, metade das operadoras de turismo vendeu viagens para os meses de novembro e dezembro deste ano, segundo balanço divulgado pela Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Bratzto). As operadoras são empresas que montam pacotes e programas de viagens, que são comercializados pelas agências de turismo, e os membros da associação representam 90% dos roteiros de lazer vendidos no Brasil.

A associação avalia que o setor passa por uma retomada gradual e lenta, depois de ter sido duramente impactado desde março pela pandemia de covid-19, que exige o distanciamento social como principal medida de prevenção. Em abril, 54% das operadoras não realizaram nenhuma venda, enquanto em agosto o percentual foi de 21%.

O faturamento das empresas ainda segue bem abaixo de 2019, segundo o balanço divulgado. Para 40% das empresas, o faturamento em agosto teve uma perda de 90% em comparação com agosto do ano passado. Apesar disso, 87,5% das ope-



O faturamento das empresas ainda segue bem abaixo de 2019.

radoras de turismo consideram que agosto foi melhor ou igual a julho.

A expectativa do setor é que o segundo semestre de 2020 tenha um faturamento menor que a metade do registrado no mesmo período em 2019. Essa é a

previsão de 71% das operadoras, que lidam com a redução da capacidade de todos os serviços relacionados ao turismo, como voos, restaurantes, hotéis e outros serviços.

Ano que vem - A pesquisa da associação mostra, ainda, que

67% das operadoras venderam pacotes para o primeiro semestre de 2021. Entre as empresas consultadas, 29% declararam ter comercializado também para o próprio mês de agosto, 44% para setembro e 46% para outubro.

Zanin diz que bloqueio de bens é ‘mirabolante’ e busca enfraquecê-lo na Lava Jato

O criminalista Cristiano Zanin Martins, defensor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmou que o bloqueio de R\$ 237,3 milhões em bens imposto pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, é “mirabolante” e uma “clara tentativa” de enfraquecê-lo nos processos da Lava Jato. A decisão foi proferida pelo magistrado no dia 1º de setembro e tornada pública neste sábado, 19.

Zanin é investigado na Operação Esquema S, que apura tráfico de influência e desvios milionários das seções fluminenses do Serviço Social do Comércio (Sesc RJ), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac RJ) e Federação do Comércio (Fecomércio RJ). Advogados renomados no meio político são investigados no caso e tiveram endereços profissionais e residenciais vasculhados no último dia 9.

Em nota, Zanin nega ter o valor bloqueado por Bretas em conta, “embora pudesse ter, já que a minha atuação sempre foi na advocacia privada”.

“Na desesperada tentativa de criar manchetes e produzir efeitos políticos, o juiz fixou o valor do bloqueio mediante uma descabida somatória de valores de diferentes escritórios de advocacia e ainda adicionou exorbitante valor a título de ‘dano moral’, que ele mesmo estipulou, o que mostra um absurdo sem precedentes”, afirmou Zanin.

O criminalista alega que o sequestro de bens é uma “clara tentativa de me enfraquecer em processos decisivos que estão

sob a minha condução e que contestam a legalidade da própria Operação Lava Jato, em especial, aquele que trata da suspensão do ex-juiz Sérgio Moro”.

Na decisão que autorizou o bloqueio de R\$ 237,3 milhões, Bretas afirmou que o escritório de Zanin e seu associado, Roberto Teixeira, teria sido “o precursor no recebimento de honorários advocatícios exorbitantes pagos pela Fecomércio/RJ em prol de interesses particulares de Orlando Diniz”, ex-presidente da federação e hoje delator.

“Prática que, em tese foi replicada pelos demais escritórios ora investigados, formando um verdadeiro grupo criminoso voltado supostamente para o cometimento dos delitos de peculato, corrupção ativa, tráfico de influência e exploração de prestígio, tudo sob o manto do exercício da advocacia”, afirmou Bretas.

O juiz da Lava Jato Rio disse que Zanin e Teixeira participaram de uma reunião com Orlando Diniz no início de 2012, no Copacabana Palace, no Rio, e que, segundo o delator, “ficou claro que tais advogados iriam garantir” sua permanência à frente do Sesc Rio enquanto se burlava fiscalizações de conselheiros fiscais e do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Os advogados tinham ciência, a princípio, de que estavam sendo pagos pela Fecomércio e, posteriormente, com verba pública das entidades paraestatais para atuar em favor de Orlando Diniz”, apontou Bretas.

Zanin rebateu as acusações e disse que os serviços pres-

tados à Fecomércio-RJ estão “amplamente documentados, registrados nos nossos sistemas internos e mostram mais de 12 mil horas de trabalho prestadas por 77 profissionais da área jurídica”. “Todo esse material já foi examinado por auditoria externa, que atestou a plena regularidade da contratação, do recebimento dos honorários e, ainda, que nenhum valor foi sacado ou transferido em favor de terceiros”, afirmou.

Leia a íntegra da nota do criminalista Cristiano Zanin Martins:

“É mentirosa a afirmação de que houve o bloqueio de R\$ 237 milhões da minha conta bancária. Não tenho esse valor, embora pudesse ter, já que a minha atuação sempre foi na advocacia privada.

A mirabolante decisão foi proferida em mais uma clara tentativa de macular minha história de mais de 20 anos na advocacia privada em litígios decisivos e também consiste numa clara tentativa de me enfraquecer em processos decisivos que estão sob a minha condução e que contestam a legalidade da própria Operação Lava Jato, em especial, aquele que trata da suspensão do ex-juiz Sérgio Moro.

Na desesperada tentativa de criar manchetes e produzir efeitos políticos, o juiz fixou o valor do bloqueio mediante uma descabida somatória de valores de diferentes escritórios de advocacia e ainda adicionou exorbitante valor a título de “dano moral”, que ele mesmo estipulou, o que mostra um absurdo sem precedentes.

Aplicativo
DIÁRIO DE NOTÍCIAS BRASIL
Informação em tempo real.

Disponível na App Store

DISPONÍVEL NO Google play